

CONTAS NACIONAIS

número 42

CONTAS REGIONAIS

DO BRASIL

2 0 1 2

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Carlos Cesar Bittencourt Sobral (em exercício)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 42

Contas Regionais do Brasil

2012

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4327-7

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Síntese do panorama da economia brasileira

Contas Regionais do Brasil de 2002 a 2012

PIB per capita de 2012

Tabelas de resultados

1 - Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012

2 - Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012

3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2012

4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

Referências

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Neste volume, são apresentados os resultados de 2012 da série de Contas Regionais.

A série das Contas Regionais, com referência em 2002, tem sua metodologia e base de dados plenamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil - referência 2000. Desde então, incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico- Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos através da Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0, sendo divulgada com 17 atividades econômicas ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

As tabelas divulgadas, nesta publicação, compreendem informações sobre o PIB de cada Unidade da Federação, a partir de estatísticas sobre o valor bruto da produção, consumo intermediário

e valor adicionado bruto de cada atividade econômica com o nível de agregação apresentado no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém informações do volume impresso, os dados da série 2002-2009 já divulgados, além da série 2002-2012 com a agregação de atividades compatível com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. As notas técnicas sobre a elaboração das Contas Regionais encontram-se descritas, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos¹. Ademais, encontra-se disponível, no portal do IBGE na Internet, a série 2002-2012 encadeada com a série retropolada das Contas Regionais para o período 1995-2001.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo das Contas Regionais, segundo a metodologia das Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados pelos estados estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção das Contas Regionais do Brasil.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

¹ Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: out. 2014.

Introdução

O Sistema de Contas Regionais do Brasil é um trabalho desenvolvido pelo IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Neste contexto, o trabalho de estimativa do Produto Interno Bruto - PIB e do PIB *per capita* das Unidades da Federação, realizado pelo IBGE, possui amparo constitucional, mas, exclusivamente neste projeto, é realizado em parceria com as equipes dos governos estaduais.

Apesar de o IBGE estar efetuando, no momento, a revisão da base do Sistema de Contas Nacionais, cuja nova série com referência em 2010 será divulgada em 2015, tanto o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais quanto o Sistema de Contas Regionais não interromperam suas estimativas, sobretudo, no caso das Contas Regionais, em virtude da vinculação do resultado do PIB *per capita* por Unidades da Federação, que é um dos fatores para o cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios das Capitais pelo Tribunal de Contas da União - TCU. No tópico a seguir, são explicitados os procedimentos adotados para a estimativa dos resultados do ano de 2012, com referência em 2002, por Unidades da Federação, sem os parâmetros do Sistema de Contas Nacionais, que foram substituídos, nesta edição, pelos do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

É importante salientar que o Sistema de Contas Regionais do Brasil, no modelo atual, é totalmente integrado ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais. Por precaução, no entanto, alerta-se que alguns procedimentos (nível de agregação) foram adotados

para as estimativas de 2012 na base atual, 2002, e, portanto, tais estimativas devem ser utilizadas com ressalva para análises da série 2002-2012 em termos de comparabilidade. Em 2015, quando da divulgação da nova série com referência em 2010, os resultados das Contas Regionais do Brasil referentes a 2012 serão reapresentados de forma integrada à nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Contas Regionais do Brasil: principais procedimentos para a estimativa de 2012

Para estimar o PIB das Unidades da Federação, no ano de 2012, o IBGE usou como parâmetro os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, que possuem um detalhamento menos abrangente que os do Sistema de Contas Nacionais. Esse procedimento deveu-se ao fato de o IBGE estar, no momento, atualizando o ano-base do Sistema de Contas Nacionais e, durante esse período, o resultado nacional foi substituído pelo resultado do sistema trimestral.

O nível de detalhamento apresentado nesta publicação corresponde a 12 atividades econômicas e não a 17, como na série 2002-2009. O motivo para esta agregação está vinculado à disponibilidade de informações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais que, por fornecer um resultado conjuntural, não dispõe, para divulgação, de informações estruturais, que só se tornam disponíveis a partir do encerramento do ano analisado. Os resultados das pesquisas estruturais anuais do IBGE, que são utilizados nos trabalhos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil, só estão totalmente disponíveis, em média, 18 meses após o encerramento do ano. Assim, a redução do nível de detalhamento dado pelas Contas Nacionais Trimestrais resulta na restrição da comparabilidade da série disponível, 2002-2009. Além disso, o processo de ajustamento aos resultados nacionais, em 2012, foi realizado em nível menor de abertura que o efetuado até 2009, tendo em vista que o Sistema de Contas Nacionais possui maior grau de detalhamento que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Ainda sobre os procedimentos para a estimativa do ano de 2012 das Contas Regionais, cabe destacar que as atividades² são estimadas de forma descendente, isto é, os resultados das Contas Nacionais são distribuídos entre as Unidades da Federação e não encontram detalhamentos nas Contas Nacionais Trimestrais. Assim, utilizaram-se os pesos do ano de 2009 do Sistema de Contas Nacionais, o último disponível, para estimar os valores, em 2012, correspondentes a essas atividades a partir do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

² Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/SRM_contas_regionais.pdf>. Acesso em: out. 2014.

Quadro 1 - Nível de agregação das atividades econômicas na série 2002-2009 em comparação ao resultado de 2012

Nível de agregação 2002-2009	Nível de agregação 2012
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	Agropecuária
Pecuária e pesca	
Indústria extrativa	Indústria extrativa
Indústrias de transformação	Indústrias de transformação
Construção civil	Construção civil
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
Transportes, armazenagem e correio	Transportes, armazenagem e correio
Serviço de informação	Serviços de informação
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados
Atividades imobiliárias e aluguéis	Atividades imobiliárias e aluguéis
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Comércio Outros serviços (Serviços de manutenção e reparação, Serviços de alojamento e alimentação, Serviços prestados às famílias e associativas, Serviços prestados às empresas, Saúde e educação mercantis e Serviços domésticos)
Serviços de alojamento e alimentação	
Serviços prestados às famílias e associativas	
Serviços prestados às empresas	
Saúde e educação mercantis	
Serviços domésticos	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Síntese do panorama da economia brasileira³

O Produto Interno Bruto - PIB, no ano de 2012, acumulou crescimento de 1,0% em relação ao ano anterior. Em 2011, o crescimento acumulado no ano havia sido de 2,7%. Em função desse crescimento, o PIB *per capita* alcançou R\$ 22 645,86 (em valores correntes) em 2012, após ter se mantido praticamente estável (em termos reais) em relação ao ano anterior. O PIB *per capita* é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

A expansão do PIB resultou do aumento de 0,9% do valor adicionado bruto a preços básicos e do crescimento de 1,6% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume de 2,3% do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação), decorrente, em grande parte, do desempenho positivo das atividades de Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, e de Serviços de informação.

O resultado do valor adicionado bruto a preços básicos neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-2,1%), Indústria (-0,8%) e Serviços (1,9%).

³ Para informações complementares, consultar a publicação: INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes jul./set. 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201303caderno.pdf>. Acesso em: out. 2014.

A redução em volume do valor adicionado bruto a preços básicos da Agropecuária no ano de 2012 (-2,1%) decorreu do fraco desempenho da pecuária e, principalmente, do fato de que várias culturas importantes da lavoura brasileira apresentaram queda de produção anual e perda de produtividade (com exceção do milho e do café, que registraram crescimentos anuais de produção de 27,7% e 12,5%, respectivamente).

Entre os produtos da lavoura que apresentaram variação negativa na produção anual, segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM, do IBGE, destacam-se: trigo (-22,3%), feijão (-18,6%), fumo (-14,9%), arroz (-14,3%), soja (-12,0%), laranja (-9,1%), mandioca (-9,1%), cana (-1,8%) e algodão herbáceo (-2,0%). Por outro lado, as estimativas para a silvicultura e exploração florestal apontaram um bom desempenho no ano de 2012, de acordo com a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, também do IBGE.

Na Indústria, o destaque foi o crescimento da atividade de Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,5%) e da Construção civil (1,4%). O desempenho da primeira foi puxado pelos consumos residencial e comercial de energia elétrica.

A Indústria extrativa acumulou queda de 1,1% no ano. A Indústria de transformação, por sua vez, recuou 2,4% em relação ao ano anterior, resultado este influenciado, principalmente, pela redução, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos de máquinas e equipamentos; metalurgia; artigos de borracha e plástico; produtos químicos; artigos do vestuário e acessórios; máquinas, aparelhos e material elétrico; e caminhões e ônibus. A queda observada nesses setores foi parcialmente compensada pelo crescimento observado em álcool; aparelhos médico-hospitalares; produtos de madeira; outros equipamentos de transporte; perfumaria; tintas e vernizes; cimento e eletrodomésticos.

Nos Serviços, os destaques positivos em termos de volume foram os Serviços de informação (4,2%), Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (2,3%), Outros serviços (2,2%), além das Atividades imobiliárias e aluguéis (2,2%), Transportes, armazenagem e correio (1,9%), Comércio (0,9%), e Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (0,7%).

Ao longo de todo o ano de 2012, o crescimento da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentou o crescimento das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial.

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 3,2%, sendo este o nono ano consecutivo de crescimento deste componente. Tal comportamento foi favorecido pela elevação de 6,7% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo, em termos nominais, de 14,0% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa de consumo da administração pública aumentou 3,3%.

A formação bruta de capital fixo, por sua vez, apresentou queda de 4,0% em 2012, puxada pelo recuo da produção interna de máquinas e equipamentos. No âmbito do setor externo, tanto as exportações quanto as importações de bens e serviços registraram variações positivas: de 0,5% e 0,2%, respectivamente. A desvalorização cambial ajuda a explicar o maior crescimento relativo das exportações: entre 2011 e 2012, a taxa de câmbio (medida pela média trimestral das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 1,67 para 1,95.

Contas Regionais do Brasil de 2002 a 2012

De 2002 a 2012, três Grandes Regiões ganharam participação: Centro-Oeste avançou 1,0; Norte, 0,6; e Nordeste, 0,6 ponto percentual.

Os resultados de 2012 mostraram que a Região Sudeste participou com 55,2% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Nesse ano, em relação ao anterior, o Estado de São Paulo, com 32,1% do PIB, registrou queda de 0,5 ponto percentual, enquanto Rio de Janeiro ganhou 0,3 ponto percentual e Minas Gerais recuou 0,1 ponto percentual. Espírito Santo, com 2,4%, manteve sua participação inalterada.

A Região Sul participou com 16,2% do PIB, mantendo a mesma participação verificada em 2011. Os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina perderam participação relativa no PIB, ao passar de 6,4% para 6,3%, e de 4,1% para 4,0%, respectivamente. O Paraná, com 5,8%, manteve a mesma participação de 2011.

A Região Norte, com 5,3% do PIB em 2012, recuou 0,1 ponto percentual de participação em relação ao ano anterior, em virtude da perda de participação do Estado do Amazonas, que, em 2011, contribuía com 1,6% e passou a representar 1,5% do PIB em 2012. Os demais estados mantiveram as mesmas participações de 2011.

A Região Nordeste, em 2012, avançou sua participação em 0,2 ponto percentual em relação a 2011, representando 13,6% do PIB. Dos estados nordestinos, apenas Bahia e Pernambuco alteraram suas participações no PIB brasileiro. Pernambuco avançou cerca de 0,2 ponto percentual, alcançando 2,7% em 2012, enquanto a Bahia recuou cerca de 0,1 ponto percentual, ficando com 3,8% do PIB.

Tabela 1 - Participação percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto - 2002-2012

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4	5,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4	13,6
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4	55,2
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2	16,2
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6	9,8

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Centro-Oeste, participando com 9,8% em 2012, avançou 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior e, com esse resultado, alcançou o maior nível de participação na série. Os Estados de Goiás e Mato Grosso foram os que mais contribuíram para esse ganho de participação: ambos avançaram cerca de 0,1 ponto percentual na participação do PIB brasileiro, sendo responsáveis por 2,8% e 1,8% em 2012, respectivamente. Mato Grosso do Sul manteve a mesma participação de 2011 (1,2%), enquanto o Distrito Federal recuou sua participação em 0,1 ponto percentual, ficando com 3,9%.

No ano de 2012, oito Unidades da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Bahia) representaram 76,6% do PIB brasileiro, conferindo uma queda de 0,5 ponto percentual de participação em relação a 2011. Na série 2002-2012, esse grupo perdeu cerca de 3,1 pontos percentuais de participação para os outros 19 estados, e os 76,6% de participação do PIB confere ao ano de 2012 a menor participação da série. O avanço da fronteira agrícola, os incentivos regionais, a maior mobilidade das plantas industriais, além do avanço das novas classes consumidoras são alguns dos fatores que influenciaram a perda de participação dessas Unidades da Federação no PIB brasileiro nos anos da série 2002-2012.

O grupo dos outros 19 estados que participavam com 20,3% do PIB brasileiro, em 2002, ganharam cerca de 3,1 pontos percentuais em 2012. Desse grupo, os destaques foram Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Goiás e Pernambuco, que ganharam 0,6, 0,4, 0,4, 0,3, 0,3 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, de participação no PIB brasileiro. Os Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia ganharam 0,2 ponto percentual, cada, enquanto os Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba ganharam 0,1 ponto percentual, cada, no mesmo período. Os demais, em 2012, mantiveram as participações relativas de 2002.

Tabela 2 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 80% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2012 - 2002-2012

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	34,6	1º	34,1	1º	33,1	1º	33,9	1º	33,9	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,1	2º	11,5	2º	11,5	2º	11,6	2º
Minas Gerais	8,6	3º	8,8	3º	9,1	3º	9,0	3º	9,1	3º
Rio Grande do Sul	7,1	4º	7,3	4º	7,1	4º	6,7	4º	6,6	4º
Paraná	6,0	5º	6,4	5º	6,3	5º	5,9	5º	5,8	5º
Santa Catarina	3,8	8º	3,9	7º	4,0	7º	4,0	7º	3,9	7º
Distrito Federal	3,8	7º	3,7	8º	3,6	8º	3,8	8º	3,8	8º
Bahia	4,1	6º	4,0	6º	4,1	6º	4,2	6º	4,1	6º
1º à 8ª posição	79,7		79,3		78,9		78,9		78,7	

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto											
	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	33,9	1º	33,1	1º	33,5	1º	33,1	1º	32,6	1º	32,1	1º
Rio de Janeiro	11,2	2º	11,3	2º	10,9	2º	10,8	2º	11,2	2º	11,5	2º
Minas Gerais	9,1	3º	9,3	3º	8,9	3º	9,3	3º	9,3	3º	9,2	3º
Rio Grande do Sul	6,6	4º	6,6	4º	6,7	4º	6,7	4º	6,4	4º	6,3	4º
Paraná	6,1	5º	5,9	5º	5,9	5º	5,8	5º	5,8	5º	5,8	5º
Santa Catarina	3,9	7º	4,1	6º	4,0	8º	4,0	7º	4,1	6º	4,0	6º
Distrito Federal	3,8	8º	3,9	8º	4,1	7º	4,0	8º	4,0	7º	3,9	7º
Bahia	4,1	6º	4,0	7º	4,2	6º	4,1	6º	3,9	8º	3,8	8º
1º à 8ª posição	78,7		78,2		78,1		77,8		77,1		76,6	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2012 - 2002-2012

(continua)

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,5	9º	2,5	9º	2,5	9º	2,4	9º	2,4	9º
Pernambuco	2,4	10º	2,3	10º	2,3	10º	2,3	10º	2,3	10º
9ª e 10ª posição	4,9		4,8		4,7		4,7		4,7	
Espírito Santo	1,8	12º	1,8	12º	2,1	11º	2,2	11º	2,2	11º
Pará	1,7	13º	1,8	13º	1,8	14º	1,8	13º	1,9	13º
Ceará	2,0	11º	1,9	11º	1,9	13º	1,9	12º	2,0	12º
Mato Grosso	1,4	15º	1,6	14º	1,9	12º	1,7	14º	1,5	15º
Amazonas	1,5	14º	1,5	15º	1,6	15º	1,6	15º	1,7	14º
11ª à 15ª posição	8,4		8,6		9,3		9,2		9,2	
Maranhão	1,0	16º	1,1	17º	1,1	16º	1,2	16º	1,2	16º
Mato Grosso do Sul	1,0	17º	1,1	16º	1,1	17º	1,0	17º	1,0	17º
16ª e 17ª posição	2,1		2,2		2,2		2,2		2,2	
Rio Grande do Norte	0,8	19º	0,8	19º	0,8	18º	0,8	18º	0,9	18º
Paraíba	0,8	18º	0,8	18º	0,8	19º	0,8	19º	0,8	19º
18ª e 19ª posição	1,7		1,6		1,6		1,6		1,7	
Alagoas	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º
Rondônia	0,5	22º	0,6	22º	0,6	22º	0,6	22º	0,6	22º
Sergipe	0,6	21º	0,6	21º	0,6	21º	0,6	21º	0,6	21º
Piauí	0,5	23º	0,5	23º	0,5	23º	0,5	23º	0,5	23º
Tocantins	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º
20ª à 24ª posição	2,7		2,8		2,8		2,8		2,8	
Amapá	0,2	25º	0,2	25º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	25º
Acre	0,2	26º	0,2	26º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	26º
Roraima	0,2	27º	0,2	27º	0,1	27º	0,1	27º	0,2	27º
25ª à 27ª posição	0,6		0,6		0,5		0,6		0,6	
9ª à 20ª posição	20,3		20,7		21,1		21,1		21,3	

Tabela 3 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2012 - 2002-2012

(conclusão)

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto											
	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,5	9°	2,5	9°	2,6	9°	2,6	9°	2,7	9°	2,8	9°
Pernambuco	2,3	10°	2,3	10°	2,4	10°	2,5	10°	2,5	10°	2,7	10°
9ª e 10ª posição	4,8		4,8		5,1		5,1		5,2		5,5	
Espírito Santo	2,3	11°	2,3	11°	2,1	11°	2,2	11°	2,4	11°	2,4	11°
Pará	1,9	13°	1,9	13°	1,8	13°	2,1	13°	2,1	12°	2,1	12°
Ceará	1,9	12°	2,0	12°	2,0	12°	2,1	12°	2,1	13°	2,1	13°
Mato Grosso	1,6	14°	1,8	14°	1,8	14°	1,6	15°	1,7	14°	1,8	14°
Amazonas	1,6	15°	1,5	15°	1,5	15°	1,6	14°	1,6	15°	1,5	15°
11ª à 15ª posição	9,2		9,5		9,2		9,5		9,9		9,9	
Maranhão	1,2	16°	1,3	16°	1,2	16°	1,2	16°	1,3	16°	1,3	16°
Mato Grosso do Sul	1,1	17°	1,1	17°	1,1	17°	1,2	17°	1,2	17°	1,2	17°
16ª e 17ª posição	2,2		2,4		2,4		2,4		2,4		2,6	
Rio Grande do Norte	0,9	18°	0,8	19°	0,9	19°	0,9	18°	0,9	18°	0,9	18°
Paraíba	0,8	19°	0,8	18°	0,9	18°	0,8	19°	0,9	19°	0,9	19°
18ª e 19ª posição	1,7		1,7		1,7		1,7		1,7		1,8	
Alagoas	0,7	20°	0,6	21°	0,7	20°	0,7	20°	0,7	20°	0,7	20°
Rondônia	0,6	22°	0,6	22°	0,6	21°	0,6	22°	0,7	21°	0,7	21°
Sergipe	0,6	21°	0,6	20°	0,6	22°	0,6	21°	0,6	22°	0,6	22°
Piauí	0,5	23°	0,6	23°	0,6	23°	0,6	23°	0,6	23°	0,6	23°
Tocantins	0,4	24°	0,4	24°	0,4	24°	0,5	24°	0,4	24°	0,4	24°
20ª à 24ª posição	2,8		2,9		2,9		3,0		3,0		3,0	
Amapá	0,2	25°	0,2	25°	0,2	25°	0,2	26°	0,2	25°	0,2	25°
Acre	0,2	26°	0,2	26°	0,2	26°	0,2	25°	0,2	26°	0,2	26°
Roraima	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°
25ª à 27ª posição	0,6		0,6		0,6		0,6		0,6		0,6	
9ª à 20ª posição	21,3		21,8		21,9		22,2		22,9		23,4	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB per capita de 2012

Em 2012, oito Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 22 645,86: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, e Paraná. Nesse conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e dois da Região Centro-Oeste. O Distrito Federal, com o maior PIB *per capita* brasileiro, R\$ 64 653,00, representou quase três vezes a média brasileira e quase o dobro da registrada em São Paulo, R\$ 33 624,41, a segunda maior do País. Entre os estados com PIB *per capita* menor, encontram-se Maranhão e Piauí, com R\$ 8 760,34 e R\$ 8 137,51, respectivamente. Os valores do PIB *per capita* do Maranhão e do Piauí foram cerca de 38,7% e 35,9% do PIB *per capita* brasileiro, respectivamente.

Tabela 4 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	População residente (hab.) (1)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)
Brasil	4 392 094	193 946 886	22 645,86
Norte	231 383	16 318 163	14 179,48
Rondônia	29 362	1 590 011	18 466,50
Acre	9 629	758 786	12 690,32
Amazonas	64 120	3 590 985	17 855,78
Roraima	7 314	469 524	15 577,13
Pará	91 009	7 792 561	11 678,96
Amapá	10 420	698 602	14 914,84
Tocantins	19 530	1 417 694	13 775,67
Nordeste	595 382	53 907 144	11 044,59
Maranhão	58 820	6 714 314	8 760,34
Piauí	25 721	3 160 748	8 137,51
Ceará	90 132	8 606 005	10 473,12
Rio Grande do Norte	39 544	3 228 198	12 249,46
Paraíba	38 731	3 815 171	10 151,88
Pernambuco	117 340	8 931 028	13 138,48
Alagoas	29 545	3 165 472	9 333,43
Sergipe	27 823	2 110 867	13 180,93
Bahia	167 727	14 175 341	11 832,33
Sudeste	2 424 005	81 565 983	29 718,34
Minas Gerais	403 551	19 855 332	20 324,58
Espírito Santo	107 329	3 578 067	29 996,30
Rio de Janeiro	504 221	16 231 365	31 064,63
São Paulo	1 408 904	41 901 219	33 624,41
Sul	710 860	27 731 644	25 633,53
Paraná	255 927	10 577 755	24 194,79
Santa Catarina	177 276	6 383 286	27 771,85
Rio Grande do Sul	277 658	10 770 603	25 779,21
Centro-Oeste	430 463	14 423 952	29 843,65
Mato Grosso do Sul	54 471	2 505 088	21 744,32
Mato Grosso	80 830	3 115 336	25 945,87
Goiás	123 926	6 154 996	20 134,26
Distrito Federal	171 236	2 648 532	64 653,00

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

(1) População estimada para 1º de julho de 2012 segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 31.10.2012.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	4 392 094	100,0
Norte	231 383	5,3
Rondônia	29 362	0,7
Acre	9 629	0,2
Amazonas	64 120	1,5
Roraima	7 314	0,2
Pará	91 009	2,1
Amapá	10 420	0,2
Tocantins	19 530	0,4
Nordeste	595 382	13,6
Maranhão	58 820	1,3
Piauí	25 721	0,6
Ceará	90 132	2,1
Rio Grande do Norte	39 544	0,9
Paraíba	38 731	0,9
Pernambuco	117 340	2,7
Alagoas	29 545	0,7
Sergipe	27 823	0,6
Bahia	167 727	3,8
Sudeste	2 424 005	55,2
Minas Gerais	403 551	9,2
Espírito Santo	107 329	2,4
Rio de Janeiro	504 221	11,5
São Paulo	1 408 904	32,1
Sul	710 860	16,2
Paraná	255 927	5,8
Santa Catarina	177 276	4,0
Rio Grande do Sul	277 658	6,3
Centro-Oeste	430 463	9,8
Mato Grosso do Sul	54 471	1,2
Mato Grosso	80 830	1,8
Goiás	123 926	2,8
Distrito Federal	171 236	3,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e das Unidades da Federação - 2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor adicionado bruto a preços básicos	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	3 725 069	100,0
Norte	202 982	5,4
Rondônia	26 024	0,7
Acre	8 681	0,2
Amazonas	52 577	1,4
Roraima	6 714	0,2
Pará	81 724	2,2
Amapá	9 586	0,3
Tocantins	17 676	0,5
Nordeste	517 233	13,9
Maranhão	51 993	1,4
Piauí	22 687	0,6
Ceará	78 109	2,1
Rio Grande do Norte	34 688	0,9
Paraíba	34 342	0,9
Pernambuco	99 275	2,7
Alagoas	26 374	0,7
Sergipe	24 532	0,7
Bahia	145 233	3,9
Sudeste	2 023 839	54,3
Minas Gerais	351 903	9,4
Espírito Santo	87 640	2,4
Rio de Janeiro	429 123	11,5
São Paulo	1 155 173	31,0
Sul	604 795	16,2
Paraná	216 777	5,8
Santa Catarina	149 779	4,0
Rio Grande do Sul	238 240	6,4
Centro-Oeste	376 221	10,1
Mato Grosso do Sul	47 103	1,3
Mato Grosso	72 319	1,9
Goiás	107 940	2,9
Distrito Federal	148 859	4,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2012

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)						
	Total	Atividades econômicas					
		Agropecuária	Indústria extrativa	Indústrias de transformação	Construção civil	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	Comércio
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,4	10,2	12,8	4,1	6,8	5,4	4,7
Rondônia	0,7	2,7	0,1	0,3	1,4	0,2	0,7
Acre	0,2	0,8	0,0	0,1	0,3	0,1	0,2
Amazonas	1,4	2,0	1,3	2,7	1,3	1,3	1,2
Roraima	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	0,1	0,2
Pará	2,2	3,0	11,4	0,9	2,6	2,4	1,8
Amapá	0,3	0,2	0,0	0,1	0,3	0,1	0,2
Tocantins	0,5	1,5	0,1	0,1	0,6	1,2	0,5
Nordeste	13,9	15,0	7,6	9,3	18,3	22,7	16,0
Maranhão	1,4	3,9	0,5	0,5	2,0	0,9	2,1
Piauí	0,6	0,5	0,0	0,2	0,8	1,1	0,9
Ceará	2,1	1,3	0,3	1,6	2,5	3,7	2,6
Rio Grande do Norte	0,9	0,6	2,1	0,4	1,2	0,5	1,1
Paraíba	0,9	0,6	0,1	0,6	0,9	2,3	1,0
Pernambuco	2,7	1,4	0,1	2,3	4,1	4,4	2,9
Alagoas	0,7	0,7	0,2	0,6	0,8	0,8	0,9
Sergipe	0,7	0,5	1,2	0,3	0,8	1,6	0,6
Bahia	3,9	5,4	2,9	2,6	5,2	7,5	3,8
Sudeste	54,3	29,8	77,0	58,6	50,8	44,5	51,0
Minas Gerais	9,4	15,2	13,3	9,9	10,7	10,1	8,8
Espírito Santo	2,4	2,6	13,7	1,6	2,2	0,4	2,4
Rio de Janeiro	11,5	0,9	47,6	6,3	10,6	8,2	8,5
São Paulo	31,0	11,0	2,4	40,8	27,4	25,9	31,2
Sul	16,2	23,5	1,1	22,0	15,3	20,3	18,8
Paraná	5,8	10,1	0,3	6,7	6,0	6,8	7,3
Santa Catarina	4,0	3,2	0,5	6,7	4,2	7,4	4,9
Rio Grande do Sul	6,4	10,1	0,3	8,6	5,1	6,2	6,6
Centro-Oeste	10,1	21,5	1,6	6,0	8,8	7,1	9,5
Mato Grosso do Sul	1,3	3,7	0,3	1,1	1,4	1,1	1,4
Mato Grosso	1,9	10,4	0,2	1,2	1,6	1,6	2,6
Goiás	2,9	7,2	1,1	3,2	3,4	3,5	3,4
Distrito Federal	4,0	0,3	0,0	0,5	2,4	0,9	2,1

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2012

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)					
	Atividades econômicas					
	Transportes, armazenagem e correio	Serviços de informação	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias e aluguéis	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Outros serviços
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	2,2	2,2	4,7	7,9	3,3
Rondônia	0,4	0,2	0,3	0,5	1,2	0,3
Acre	0,1	0,1	0,1	0,2	0,5	0,1
Amazonas	1,5	0,7	0,5	0,9	1,6	1,0
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	0,1
Pará	1,8	0,8	0,9	2,3	2,5	1,3
Amapá	0,2	0,1	0,1	0,3	0,7	0,2
Tocantins	0,3	0,2	0,2	0,3	0,8	0,3
Nordeste	12,2	7,5	8,8	13,6	19,3	12,5
Maranhão	1,9	0,5	0,5	1,3	1,8	0,8
Piauí	0,4	0,3	0,3	0,6	1,1	0,5
Ceará	1,8	1,3	1,7	2,1	2,8	2,0
Rio Grande do Norte	0,6	0,5	0,5	0,8	1,6	0,8
Paraíba	0,6	0,5	0,5	0,9	1,8	0,6
Pernambuco	2,2	1,5	2,0	2,6	3,7	2,7
Alagoas	0,6	0,3	0,4	0,6	1,1	0,6
Sergipe	0,5	0,3	0,4	0,6	1,1	0,5
Bahia	3,7	2,3	2,5	4,0	4,4	4,0
Sudeste	59,4	71,8	65,7	57,8	40,1	62,0
Minas Gerais	9,8	6,4	7,1	10,8	8,0	8,3
Espírito Santo	3,0	1,2	1,1	1,4	1,9	1,7
Rio de Janeiro	11,6	15,3	9,0	11,6	12,4	12,5
São Paulo	35,0	49,0	48,5	34,0	17,7	39,5
Sul	17,2	12,1	14,0	15,6	13,9	14,8
Paraná	7,1	4,3	5,5	5,8	4,3	5,3
Santa Catarina	3,8	3,0	2,7	4,6	3,0	3,2
Rio Grande do Sul	6,4	4,9	5,7	5,2	6,6	6,3
Centro-Oeste	6,9	6,3	9,3	8,2	18,8	7,4
Mato Grosso do Sul	1,4	0,6	0,7	1,1	1,4	0,9
Mato Grosso	1,6	0,9	0,9	1,6	1,6	1,1
Goiás	2,3	1,7	2,1	2,6	2,4	2,5
Distrito Federal	1,7	3,2	5,6	3,0	13,3	2,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continua)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Brasil		
Total		100,0
Agropecuária		5,3
Indústria		26,0
Indústria extrativa		4,3
Indústria de transformação		13,0
Construção civil		5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,1
Serviços		68,7
Comércio		12,7
Transportes, armazenagem e correio		5,4
Serviços de informação		2,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		7,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		16,6
Outros serviços		15,7
Rondônia		
Total		100,0
Agropecuária		20,5
Indústria		18,3
Indústria extrativa		0,4
Indústria de transformação		5,7
Construção civil		11,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,0
Serviços		61,2
Comércio		12,1
Transportes, armazenagem e correio		3,0
Serviços de informação		1,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		28,5
Outros serviços		7,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Acre		
Total		100,0
Agropecuária		18,3
Indústria		11,9
Indústria extrativa		0,0
Indústria de transformação		2,8
Construção civil		7,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,7
Serviços		69,8
Comércio		10,9
Transportes, armazenagem e correio		2,2
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		36,2
Outros serviços		8,2
Amazonas		
Total		100,0
Agropecuária		7,4
Indústria		36,7
Indústria extrativa		3,8
Indústria de transformação		24,7
Construção civil		5,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,8
Serviços		55,9
Comércio		10,9
Transportes, armazenagem e correio		5,6
Serviços de informação		1,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,5
Atividades imobiliárias e aluguéis		5,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		18,8
Outros serviços		11,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Roraima		
Total		100,0
Agropecuária		4,7
Indústria		11,2
Indústria extrativa		0,1
Indústria de transformação		1,4
Construção civil		8,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,4
Serviços		84,1
Comércio		10,9
Transportes, armazenagem e correio		2,5
Serviços de informação		1,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,1
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		50,7
Outros serviços		8,4
Pará		
Total		100,0
Agropecuária		7,2
Indústria		37,6
Indústria extrativa		22,1
Indústria de transformação		5,3
Construção civil		6,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,4
Serviços		55,2
Comércio		10,4
Transportes, armazenagem e correio		4,4
Serviços de informação		1,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,9
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		18,8
Outros serviços		9,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Amapá		
Total		100,0
Agropecuária		3,2
Indústria		10,8
Indústria extrativa		0,6
Indústria de transformação		2,7
Construção civil		6,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,2
Serviços		85,9
Comércio		11,8
Transportes, armazenagem e correio		3,6
Serviços de informação		1,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,6
Atividades imobiliárias e aluguéis		10,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		47,3
Outros serviços		9,2
Tocantins		
Total		100,0
Agropecuária		16,3
Indústria		19,2
Indústria extrativa		0,5
Indústria de transformação		3,4
Construção civil		7,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		7,8
Serviços		64,4
Comércio		13,0
Transportes, armazenagem e correio		3,0
Serviços de informação		1,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,5
Atividades imobiliárias e aluguéis		4,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		29,4
Outros serviços		9,6

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Maranhão		
Total		100,0
Agropecuária		15,0
Indústria		16,6
Indústria extrativa		1,6
Indústria de transformação		5,0
Construção civil		8,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,9
Serviços		68,4
Comércio		19,0
Transportes, armazenagem e correio		7,3
Serviços de informação		1,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,6
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		21,4
Outros serviços		9,4
Piauí		
Total		100,0
Agropecuária		4,2
Indústria		18,6
Indústria extrativa		0,3
Indústria de transformação		5,1
Construção civil		8,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,3
Serviços		77,2
Comércio		18,0
Transportes, armazenagem e correio		3,3
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		29,1
Outros serviços		13,1

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Ceará		
Total		100,0
Agropecuária		3,4
Indústria		22,8
Indústria extrativa		0,5
Indústria de transformação		10,0
Construção civil		6,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,5
Serviços		73,8
Comércio		16,0
Transportes, armazenagem e correio		4,6
Serviços de informação		1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		22,3
Outros serviços		15,0
Rio Grande do Norte		
Total		100,0
Agropecuária		3,4
Indústria		23,9
Indústria extrativa		9,6
Indústria de transformação		5,4
Construção civil		7,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,5
Serviços		72,7
Comércio		15,1
Transportes, armazenagem e correio		3,2
Serviços de informação		1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		27,7
Outros serviços		14,1

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Paraíba		
Total		100,0
Agropecuária		3,6
Indústria		22,8
Indústria extrativa		0,7
Indústria de transformação		8,6
Construção civil		5,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		7,7
Serviços		73,7
Comércio		14,4
Transportes, armazenagem e correio		3,6
Serviços de informação		1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		31,7
Outros serviços		10,6
Pernambuco		
Total		100,0
Agropecuária		2,7
Indústria		25,1
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		11,2
Construção civil		8,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,0
Serviços		72,2
Comércio		14,1
Transportes, armazenagem e correio		4,5
Serviços de informação		1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,9
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		23,1
Outros serviços		15,6

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Alagoas		
Total		100,0
Agropecuária		5,6
Indústria		22,2
Indústria extrativa		1,4
Indústria de transformação		10,6
Construção civil		6,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,6
Serviços		72,1
Comércio		16,5
Transportes, armazenagem e correio		4,4
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,1
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		26,3
Outros serviços		12,3
Sergipe		
Total		100,0
Agropecuária		4,2
Indústria		28,9
Indústria extrativa		8,1
Indústria de transformação		6,5
Construção civil		7,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		7,3
Serviços		66,9
Comércio		11,4
Transportes, armazenagem e correio		4,0
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,1
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		27,0
Outros serviços		11,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Bahia		
Total		100,0
Agropecuária		7,3
Indústria		25,5
Indústria extrativa		3,2
Indústria de transformação		8,8
Construção civil		7,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,9
Serviços		67,2
Comércio		12,5
Transportes, armazenagem e correio		5,1
Serviços de informação		1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		18,8
Outros serviços		16,0
Minas Gerais		
Total		100,0
Agropecuária		8,6
Indústria		29,4
Indústria extrativa		6,0
Indústria de transformação		13,6
Construção civil		6,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,3
Serviços		62,0
Comércio		11,9
Transportes, armazenagem e correio		5,6
Serviços de informação		1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		9,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		14,0
Outros serviços		13,8

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Espírito Santo		
Total		100,0
Agropecuária		6,0
Indústria		39,2
Indústria extrativa		24,8
Indústria de transformação		8,6
Construção civil		5,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		0,5
Serviços		54,9
Comércio		13,3
Transportes, armazenagem e correio		7,0
Serviços de informação		1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		5,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		13,7
Outros serviços		11,0
Rio de Janeiro		
Total		100,0
Agropecuária		0,4
Indústria		32,2
Indústria extrativa		17,7
Indústria de transformação		7,1
Construção civil		5,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,2
Serviços		67,4
Comércio		9,3
Transportes, armazenagem e correio		5,5
Serviços de informação		3,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,6
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		17,9
Outros serviços		17,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
São Paulo		
Total		100,0
Agropecuária		1,9
Indústria		25,0
Indústria extrativa		0,3
Indústria de transformação		17,0
Construção civil		5,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,6
Serviços		73,1
Comércio		12,8
Transportes, armazenagem e correio		6,1
Serviços de informação		4,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		11,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		9,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		9,5
Outros serviços		19,9
Paraná		
Total		100,0
Agropecuária		9,2
Indústria		24,5
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		14,8
Construção civil		5,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,6
Serviços		66,2
Comércio		16,0
Transportes, armazenagem e correio		6,5
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		6,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		12,3
Outros serviços		14,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Santa Catarina		
Total		100,0
Agropecuária		4,3
Indústria		33,7
Indústria extrativa		0,5
Indústria de transformação		21,5
Construção civil		5,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,7
Serviços		62,1
Comércio		15,5
Transportes, armazenagem e correio		5,1
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		9,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		12,6
Outros serviços		12,5
Rio Grande do Sul		
Total		100,0
Agropecuária		8,4
Indústria		25,2
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		17,5
Construção civil		4,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,0
Serviços		66,3
Comércio		13,1
Transportes, armazenagem e correio		5,4
Serviços de informação		2,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		6,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		17,1
Outros serviços		15,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Mato Grosso do Sul		
Total		100,0
Agropecuária		15,4
Indústria		21,7
Indústria extrativa		0,8
Indústria de transformação		11,7
Construção civil		6,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,7
Serviços		62,9
Comércio		14,2
Transportes, armazenagem e correio		5,9
Serviços de informação		1,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		18,9
Outros serviços		11,3
Mato Grosso		
Total		100,0
Agropecuária		28,6
Indústria		15,8
Indústria extrativa		0,4
Indústria de transformação		8,3
Construção civil		4,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,5
Serviços		55,7
Comércio		17,2
Transportes, armazenagem e correio		4,3
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,3
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		14,0
Outros serviços		9,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2012

		(conclusão)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)	
Goiás		
Total		100,0
Agropecuária		13,2
Indústria		26,3
Indústria extrativa		1,7
Indústria de transformação		14,2
Construção civil		6,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,7
Serviços		60,5
Comércio		15,0
Transportes, armazenagem e correio		4,2
Serviços de informação		1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		13,8
Outros serviços		13,4
Distrito Federal		
Total		100,0
Agropecuária		0,3
Indústria		5,7
Indústria extrativa		0,0
Indústria de transformação		1,5
Construção civil		3,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		0,7
Serviços		94,0
Comércio		6,7
Transportes, armazenagem e correio		2,3
Serviços de informação		2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		10,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		55,2
Outros serviços		11,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales. Guatemala: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal: Banco de Guatemala, 2006. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. 68 p. Disponível em: <http://www.eclac.cl/deype/noticias/noticias/3/26983/ActualizacionSCN93_AEG.pdf>. Acesso em: out. 2014.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. *Carga tributária no Brasil 2011*. Brasília, DF, 2012. 34 p. (Estudos tributários). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>>. Acesso em: out. 2014.

_____. *Resultado da arrecadação*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>>. Acesso em: out. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 1.0. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 319 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2014.

CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: out. 2014.

DIEWERT, W. E. *Price and volume measures in the system of national accounts*. Cambridge, MA.: National Bureau of Economic Research, 1995. 63 p. (Working paper, n. 5103). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5103.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

FEIJÓ, C. A. et al. *Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 326 p.

HANDBOOK on price and volume measures in national accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2001. 174 p. Trabalho apresentado no Seminar on Price and Volume Measures, realizado em Voorburg, 2001. Disponível em: <<http://www.cbs.nl/NR/rdonlyres/54E6E10F-1B8E-4161-A9A7-9CB1B9D1C013/0/handbookpricevolume.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

IMPLEMENTATION of SNA 93: educating the user: the ABS strategy. Trabalho apresentado no Joint OECD/ESCAP Meeting on National Accounts, realizado em Bangkok, 1998. 5 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/17/45/2665540.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes jul./set. 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201303caderno.pdf>. Acesso em: out. 2014.

INFORMAÇÕES de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Datasus*. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: out. 2014.

INTRODUCTION of chain volume measures: the Australian experience. Trabalho apresentado no OECD Meeting of National Accounts Experts, realizado em Paris, 1998. 7 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/52/56/2681861.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

JACKSON, C. *The effect of rebasing on GDP*. Ottawa: Statistics Canada, 1996. 24 p. (Income and expenditure accounts technical series, n. 35). Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/13-604-m/13-604-m1996035-eng.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

MANUAL de estadísticas de finanzas públicas 2001. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2001. 219 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/esl/pdf/all.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

MANUAL on sources and methods for the compilation of ESA95 financial accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT, 2002. 166 p. (Methods and nomenclatures). Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-BE-02-004/EN/KS-BE-02-004-EN.PDF>. Acesso em: out. 2014.

NATIONAL accounts: a practical introduction. New York: United Nations, Statistics Division, 2003. (Studies in methods. Series F, n. 85). 139 p. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf>. Acesso em: out. 2014.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: out. 2014.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: out. 2014.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: out. 2014.

U.S. PETROLEUM prices. Washington, DC: Energy Information Administration - EIA, [2013]. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/oil_gas/petroleum/info_glance/petroleum.html>. Acesso em: out. 2013.

WILSON, K. *The architecture of the system of national accounts: a three-way country comparison, Canada, Australia, and United Kingdom*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2005. 28 p. (NBER working paper series, n. 11106). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11106.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luís Olinto Ramos

Gerência de Contas Regionais

Alessandra Soares da Poça

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Comissão técnica

Adalberto Maia Neto

Alessandra Soares da Poça

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

João Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Martinho Roberto Lazzari

Milton Antonio do Nascimento

Renato Mendes Freitas

Ricardo Kureski

Roberto Luís Olinto Ramos

Elaboração do texto, tabelas e gráficos

Alessandra Soares da Poça

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Valdilson Batista de Moraes

Organização

Alessandra Soares da Poça
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Valdilson Batista de Moraes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça
Amanda Mergulhão Santos Barros
Amanda Rodrigues Tavares
André Artur Pompéia Cavalcanti
Andréa Bastos da Silva Guimarães
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Carmen Maria Gadea de Souza
Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte
Cláudia Coelho Reis
Claudia Dionisio Esterminio
Cláudio Ananias Ferraz
Cristiano de Almeida Martins
Douglas Moura Guanabara
Eduardo Studzinski Estima de Castro
Ernani Santiago Filho
Evaldo Gomes Rangel
Fabrício Marques Santos
Felipe de Oliveira Sampaio
Fernando José Benedito
Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Gustavo Chalhoub Garcez
Humberto Lopes
João Hallak Neto
Jonas de Oliveira Lima
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Katia Namir Machado Barros
Luciene Rodrigues Kozovits
Márcia França Ribeiro Fernandes dos Santos
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcus José de Oliveira Campos
Michel Vieira Lapiç
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de la Rocque Palis
Ricardo Montes Moraes
Ricardo Ramos Zarur

Roberto Alvariz Soares da Silva (Estagiário)
Roberto Luís Olinto Ramos
Rodrigo Vieira Ventura
Sheila Cristina Zani
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Hilda Coêlho Gomes Denny
Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento - Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Gestão

Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Shirley Brana Vilela
Roney Wellington da Silva Caldera

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

Econômico - SEPLAN

Casemiro Rodrigues de Souza
Ezio Lacerda Lopes
Francisco Alves de Freitas
José Sandro da Mota Ribeiro
Julio Afonso da Silva Filho

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fábio Rorigues Martinez
Milton Antonio do Nascimento
Natalino de Araújo Paiva

Pará

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP

Ana Cláudia Oliveira Andrade
José Dias de Carvalho Zurutuza
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Marcílio da Silva Matos
Omir da Silva Araújo
Renan Alves Brandão

Amapá**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro**

Carlos José Gonçalves Neves
Francisco de Assis Souza Costa
Leila Silva Sacramento da Silva
Regina Celis Martins Ferreira

Tocantins**Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN/TO**

Geizianne Pereira da Cunha
Grazielle Azevedo Evangelista
Kézia Araújo

Maranhão**Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e****Cartográficos - IMESC**

Dionatan Silva Carvalho
Sadick Nahuz Neto

Piauí**Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí**

Evaristo Alves dos Reis Junior
Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa
Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE**

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Cleyber Nascimento de Medeiros
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Maurício Cabreira Baca
Nicolino Trompieri Neto
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte**Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA**

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba**Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME**

Geraldo Lopes de Oliveira
Leilah Silva Barros
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olimpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Gilvandro Freitas
Ilmo Wanderley Gallindo
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

Ana Rita Dória Oliveira Fiel
Josefa Maria Góis de Mello
Márcia de Andrade Bastos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araújo Vieira
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP

Carla Cristina Aguilar de Souza
Maria Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Edna Moraes Tresinari
Victor Nunes Toscano
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro - CEPERJ

Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho

Rodrigo Santos Martins

Seráfita Azeredo Avila

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Ricardo Kureski

Suryane Nabhem Kalluf

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento - SPG

Alex Ribeiro

Carlos Mestre Crespo Luz

Jorge Augusto Perozin

Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística - FEE

Carlos Bertolli de Gouveia

Carolina Agranonik

Jéfferson Augusto Colombo

Juarez Meneghetti

Martinho Roberto Lazzari

Rodrigo de Sá da Silva

Sérgio Fischer

Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC

Eliandres Pereira Saldanha

Giorgia dos Santos Cara Vilela

Loraine Osterberg Benites Pereira

Sebastião Carvalho de Oliveira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN

Breno Augusto de Barros

Antunes Geonir

Paulo Schnorr

Júnior José Amorim

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB/ SEGPLAN/GO

Alex Felipe Rodrigues Lima

Dinamar Maria Ferreira Marques

Luiz Batista Alves

Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Ferreira Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Ferreira Martins

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Leonardo Ferreira Martins

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

Talita Daemon James

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2.v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).

Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).

Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).

Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).

Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).

Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).

Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).

Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).

Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).

Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).

Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).

Contas regionais do Brasil 2011. (Contas nacionais, n. 40).

Contas regionais do Brasil 2012. (Contas nacionais, n. 42).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2007-2009. (Contas nacionais, n. 37).